

CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS EM VITÓRIA - ES

FLÁVIA RIBEIRO BOTECHIA

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória / UNIVIX – Centro de Educação Superior

Ao considerar a abordagem de centro urbano, trabalha-se sobre um conceito que está associado à uma imagem da cidade, referente a determinada época e lugar. Tomando como ponto de partida aos estudos uma colocação de BOYER (1996), são três as imagens urbanas possíveis da cidade - *tradicional, moderna e contemporânea* -, olhando a cidade não em termos funcionais e formais mas de modo interpretativo e figurativo.

Assim, a cidade pode ser tradicional, uma "*obra de arte*" onde a preocupação é com a ornamentação de superfícies, monumentos isolados, perspectivas triunfais, criação de locais de diversão e fantasia diferenciados dos de trabalho e moradia. Pode ser uma cidade moderna, dos panoramas, tendo o espaço como série de contínuas mudanças de cena propiciadas pelo movimento, justaposição e espacialização do tempo. A própria cidade não mais vista de uma perspectiva estática e frontal mas seqüências que criam, ao final, uma composição uniforme, uma repetição serial. Com a expansão urbana, fica evidente uma descentralização, conquista de novas áreas, fragmentação de funcionalidades e centralidades.

A articulação vai se fazendo de tal maneira que da contemplação de grandes visadas, chega-se à imagem em movimento não existindo mais oposição centro e periferia, meio ambiente natural ou construído. A cidade contemporânea é um "espetáculo", que ganha dicotomias, composições formais, signos comercializáveis, interesse por valores populares e vernaculares. Embora, a imagem urbana possa, por sua vez, ser homogeneizada e desprovida de sentimento e significação.

Sob a perspectiva da cidade contemporânea, traçou-se como objetivo o estudo de conceitos de centros e centralidades urbanas, através compreensão do espaço urbano da cidade, tendo em vista o caso de Vitória (ES) que foi estudado na dissertação de mestrado "*Áreas centrais em transformação: tempos e espaços no centro tradicional de Vitória – ES*", defendida na Escola de Arquitetura da UFMG, em 2001.

ESTRUTURA SOCIO ESPACIAL URBANA

Constatados os males provocados pela cidade industrial, novas experiências urbanísticas, de compreensão do crescimento das cidades, tiveram origem na segunda metade do século XIX, com o trabalho dos *pré-urbanistas*¹ utópicos, *Culturalistas e Progressistas*, e as primeiras intervenções com base em moderna legislação que criava um novo ambiente urbano. Das propostas iniciais, teóricas ou concretas, de modificar e criar uma cidade e sociedade, cresceu a necessidade do

¹ Classificação feita por CHOAY, 1998: 3.

entendimento da realidade dos movimentos espaciais, dos mecanismos de organização espacial das cidades. O fato é que a explicitação da divisão de classes, da disputa por espaço – tempo - custo, revelou questões da desordem social e crescente urbanização, modificando a sociedade em “sociedade urbana”, implicando em modificações espaciais. O enfoque ecológico da estruturação espacial, de competência individual, considerava as forças socio-econômicas, tecnológicas e institucionais sem, no entanto, descrever processos que estariam por trás de padrões espaciais. A ecologia urbana através da Escola de Chicago, nos anos 20, estudou processos de desorganização e reorganização da sociedade, utilizando-se de conceitos de dominação, sucessão e influências no comportamento dos indivíduos (REMY & VOYË, 1976).

Além de estudos sobre a influência do urbano no comportamento dos indivíduos de Robert Park, George Simmel e Louis Wirth, por exemplo, a *Ecologia Urbana* também apresentou modelos do entendimento da estruturação espacial urbana através das teorias de E. W. Burgess - "*círculos concêntricos*", H. Hoyt - "*crescimento setorial*" e C. Harris e E. Ullman - "*núcleos múltiplos*".

Burgess trabalhou sobre a idéia de uma cidade organizada segundo zonas concêntricas, cada uma com características definidas. Neste modelo, a zona central é relativa aos negócios e comércio, seguida de uma zona de transição que, circulando a anterior, é própria à expansão comercial e industrial. A terceira zona é área de residências operárias, enquanto profissionais liberais e um pequeno comércio ocupam a quarta zona. Para além desta, está a zona suburbana. A teoria dos setores de Hoyt, por sua vez, explicou o crescimento urbano através do preço dos aluguéis², defendendo que áreas de aluguel mais alto tendiam a localizar-se em setores mais afastados do centro. A população de renda alta, portanto, abandonava algumas áreas em função de outras, que eram sucessivamente ocupadas por população de renda inferior. Fatores geográficos e rede de transportes poderiam explicar a localização de áreas residenciais ou industriais, creditando à topografia, população, cultura, economia e sociedade variações acerca do modelo básico com único centro.

Uma terceira teoria de Harris e Ullman parte do princípio da cidade com mais de um centro, designados por diferentes atividades. A idéia de único centro, dos modelos anteriores, é substituída pela polinucleação urbana, justificada pela necessidade de proximidade ao mercado de consumo ou de matéria prima para realização das atividades, tendência a concentração de atividades semelhantes, ocupação de regiões de acordo com sua valorização econômica. Este modelo apresenta uma possibilidade para entendimento da expansão urbana lançando a hipótese da existência de vários centros na cidade, diferenciados entre si. Hipótese esta que permite estudar a ocupação, esvaziamento e reocupação de áreas centrais urbanas em contraponto com o crescimento da cidade.

² Adaptando para o caso em estudo, o preço de aluguéis, *grosso modo*, corresponde ao preço da terra urbana.

De modo geral, estas teorias devem ser vistas como modelos, uma concepção abstrata elaborada a partir de conhecimentos específicos e a exemplo de cidades norte americanas como Chicago. Apesar das críticas sobre a visão simplificada da sociedade, processos de distribuição de recursos e ênfase às forças de mercado no deslocamento populacional, as teorias da Ecologia urbana apontam para o entendimento do crescimento das cidades ancorado em teorias e enfatizam conceitos até hoje utilizados na compreensão da estrutura das cidades:

- ◆ Mobilidade residencial: impulsiona a expansão da cidade, o surgimento de novas áreas, as transformações do centro;
- ◆ Centralização: nas teorias dá-se ênfase a um ponto central, onde localizam-se negócios e comércios, de onde parte o crescimento da cidade e que mantém vínculos com as demais áreas urbanas;
- ◆ Descentralização: tem relação com o afastamento de residências e instituições do centro da cidade, fator que determina o direcionamento da expansão;
- ◆ Zoneamento: divisão da sociedade em grupos que segregam-se em determinadas áreas, para os ecologistas (Escola de Chicago), de forma "*natural*".

O caso em estudo de Vitória (ES) assemelha-se, na leitura de VILLAÇA (1998)³, ao caso da cidade do Rio de Janeiro, pela identificação quanto à natureza da colonização, traçado urbano, paisagem natural, costumes sociais, sendo a diferenciação de classes sociais um primeiro fator de mobilidade espacial. No entanto, para efeitos da análise proposta inicialmente, admite-se a existência de novos centros e centralidades na cidade, locais de diversidade, sem tomar o centro antigo como "*popular*" (no sentido de pobre). Como destaca FRÚGOLI Jr. (2000), a separação entre pobres e ricos, classe dominada e dominante não consegue alcançar toda a riqueza da heterogeneidade do centro. Pode-se seguir o modelo ecológico com um centro, formação de áreas periféricas e direcionamento da expansão urbana segundo locais de moradia, mas ocorre um redirecionamento do movimento na contemporaneidade, incluindo aí também a idéia de retorno às áreas consolidadas e vazios urbanos (como acontece no modelo de Harris e Ullman).

O centro tradicional de Vitória hoje divide funcionalidades urbanas com outros bairros da cidade que se destacam das demais pela presença de determinados equipamentos urbanos, verticalização e serviços que oferecem à população. Em nível metropolitano observam-se novos centros de comércio e serviços nos municípios vizinhos de Vila Velha e Cariacica, e novos bairros na parte continental de Vitória. A partir da perspectiva do centro original, observam-se duas direções de expansão creditadas ao uso do solo urbano, uma em sentido Norte, a partir do eixo *ferrovia - porto - industria* e outra, à Oeste, na direção do Parque Moscoso e rodoviária. As duas

³ No caso brasileiro, VILLAÇA (1998) faz uso do modelo de Hoyt para explicar a expansão urbana de seis cidades - São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador - classificadas em cidades interioranas com crescimento de 360° e os modelos de metrópoles litorâneas, entre 180° e 90°.

áreas foram núcleos residenciais secundários cuja consolidação acabou acontecendo com a modernização da cidade, estruturação viária e, principalmente, ao advento do automóvel como meio de transporte. Ao longo deste desenvolvimento, pode-se detectar a consolidação na cidade de vários bairros com boa infra-estrutura, uma orla urbanizada, vias de tráfego, bairros de baixa renda, equipamentos industriais, funcionalidades específicas em determinados bairros e, recentemente, um movimento de volta ao centro, pela salva guarda da memória e retomada deste espaço urbano a novos investimentos e rentabilidade. A história passou a ser ponto de vista do centro embora não se sustente como única funcionalidade capaz de articular a malha urbana.

CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS

Ocorre que se em dado instante o fenômeno é o da centralização em um ponto da cidade, com a divisão social do trabalho começa a multiplicação de atividades, recursos econômicos e a divisão social do espaço. A cidade começa a ser definida por vários centros que possuem funcionalidades, elementos articuladores da estruturação urbana e em função dos quais são estabelecidos valores e *espacialidades*, passando a existir diferentes atividades em diferentes pontos da cidade, locais de "*centralidade*", não determinados em termos geográficos mas de uma acessibilidade; entendida "*como condensação da cidade, não é tanto um nó para onde convergem os fluxos do espaço metropolitano, como o lugar dos encontros e identidades, a expressão do civismo e o substrato do marketing e do patriotismo da cidade*" (CASTELLS, 1983:220). Também centralidade pode ser o estar na cidade, a reunião, a festa, fenômeno abstrato que sai da ordem funcional para recair sobre a dimensão da experiência da prática urbana.

Segundo CASTELLS (1983) o centro, numa definição sociológica e em relação à estrutura urbana, é o elemento que faz a mediação entre atividades econômicas e organização social, comunica funções e representações, assumindo os papéis de atividades de: comércio sendo "*centro urbano permutador*"; de gestão administrativa, financeira e política - "*centro político administrativo*"; de "*centro simbólico*" porque expressa o processo de formação de uma sociedade e seus lugares transmitem ou carregam valores que explicam a organização do espaço urbano e "*centro social*" ao articular a estrutura urbana e relações sociais.

O processo urbano é dialético, polinucleado mas centralizador. Como define VAZ (1999), as centralidades (a serem estudadas com propriedade física) podem ser de diferentes tipos: áreas centrais como *Central Business District* - CBD, centros históricos e as periferias de uso misto, e as novas centralidades urbanas - parques tecnológicos, temáticos, *waterfronts*, rodoviárias, portos, fábricas... Os centros e a própria periferia da cidade expressam um preço do solo que é influenciado por diferenciação simbólica social, de serviços e de espaços, também de investimentos públicos, legislação, dentre outras. É assim que um único centro, comportando todas as funcionalidades, tem que dar lugar a outros, com atividades específicas. O centro inicial, carregado mais de conteúdo do

que de uma definição formal, divide-se por toda a parte, criando novas relações espaciais mas continua a concentrar certas funções e a ser elemento integrador da comunidade urbana.

"O centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel na comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana. Quer dizer que não podemos assentar o centro urbano, e sim que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana" (CASTELLS, 1983: 275).

Acúmulo de tempos, cultura, valores, modos de viver, o urbano é totalidade e fragmento. Um mesmo espaço pode ser entendido sob diferentes aspectos e duas perspectivas são possíveis para as áreas centrais das cidades: a de centro histórico e de centro de comércio e serviços. Um centro pode ser histórico no sentido de manter papel de induzir sociabilidade, lugar por excelência do imaginário coletivo, possuindo significativo patrimônio arquitetônico e urbano, é *"assentamento urbano ou zona específica da cidade, onde se encontra conjunto importante de monumentos dentro de um tecido urbano consistente e significativo"* (WAISMAN, 1995). Não tendo como qualidades e atributos o desenho urbano e a arquitetura, o centro é chamado urbano. Sem se prender a conceitos, o fato é que o centro é a um mesmo tempo, comercial, financeiro, cultural, também histórico. Entende-se, por tudo isso, que o centro da cidade de Vitória, objeto de estudo, é tradicional, agregando questões do urbano e do histórico, chegando mais próximo a ser o *"cuore"* da cidade, local onde a vida urbana cotidiana acontece.

O centro urbano tradicional tem um papel simbólico e concentra atividades do setor terciário, serviços, comércio, instituições políticas e religiosas, locais de moradia que vão desde a casa térrea até a prédio de apartamentos. Espaço este que muitas vezes, no estudo de uma cidade brasileira, é chamado de centro histórico. Não custa aqui lembrar a colocação de ARGAN (1993) no sentido de que a cidade é um todo articulado onde uma parte sempre depende da outra, numa articulação funcional, entrelaçamento de temporalidades que, ao primeiro momento de hiperfunção do espaço, segue-se uma deterioração. Na continuação, o autor defende a necessidade de uma política urbanística que considere de modo global os problemas da cidade, propondo uma refuncionalização que afaste a idéia de *"cidade-museu"* (1993:81). Quanto a chegar a se falar em *"centro histórico"*, o autor propõe que:

"O conceito [...] é instrumentalmente útil porque permite reduzir, quando não bloquear, a invasão das zonas antigas por parte de organismos administrativos ou de funções residenciais novas que fatalmente conduziriam, mais cedo ou mais tarde, à sua destruição. O mesmo conceito, porém, é teoricamente absurdo porque, se se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que

ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo." (ARGAN, 1993: 79)

A descentralização é uma das formas de reorganizar o espaço urbano, podendo ocorrer por complementação de elementos da malha urbana, por substituição de funções que passam de um local a outro da cidade, acabando mais tarde a concorrer entre si por atratividade. Tudo se dispersa para se concentrar novamente. Esta é a dinâmica, a implosão - explosão da cidade, desenvolvida por LEFÈBVRE (1999). A explosão fragmenta o centro por toda a cidade, a implosão fragmenta, no espaço do centro, as centralidades. Todo centro tem centralidades ou atratividade, mas nem toda centralidade na cidade chega a se constituir em um centro porque este pode ter várias centralidades, sendo centro histórico, e além disso centro de negócios, serviços, de cultura... Não se pode esquecer que a centralidade também reflete-se em outras formas espaciais, *shopping centers* ou supermercados. Esta discussão é importante na tentativa de compreender que...

"Da mesma maneira que atualmente admite-se que o centro urbano não tem nada a ver com centralidade geográfica numa área urbana, e que esta posição central, quando ela existe, é o resultado de um processo funcional, deveria ser igualmente entendido que a concentração de certas funções e sua equidistância aproximativa com relação ao aglomerado, são apenas as conseqüências de um processo específico: o da expansão urbana acelerada segundo a lei de mercado." (CASTELLS, 1983:275)

A centralização e descentralização convivem na cidade, estabelecendo zoneamento, dispersão, concentração, enfim, movimento ora articulado, ora desarticulado. É o movimento que confere a noção de realidade, o itinerário de pessoas, os caminhos que definem-se por locais de maior atratividade decorrentes de diversas funções. Itinerários, eixos que conduzem; cruzamento e praças, locais que conformam um encontro permitindo intercâmbio de informações; centros definidos por um espaço que pode até ser itinerário, praça, monumento, cruzamento⁴. O centro é lugar, cercado e permeado por percursos, discursos, linguagens, com uma identidade que estabelece vínculos com a cultura e sociedade locais, com problemas e potencialidades. As principais transformações observadas são decorrência de efeitos físicos e sociais, alterações de uso e ocupação do solo, espaços sem atividade, reflexo da perda do "centro social", uma cultura fragmentada, *"conseqüência física, a manifestação imaterial da fragmentação social"* (WAISMAN, 1995), com progressivo deslocamento da população moradora.

No planejamento urbano, o espaço do centro foi preterido por alguns anos para, com uma imagem da cidade contemporânea, voltar-se a ele com discurso da importância histórica, já com idéias influenciadas pelo *"city marketing"* para a imagem urbana, da necessária circulação veloz e a

4 Conceitos de itinerários, cruzamentos e centro desenvolvido por AUGÉ, 1994.

valorização do automóvel a resolver. A perda da rua como espaço da urbanidade e vida, das reivindicações e vitórias em favor dos centros comerciais, contribuiu com a degradação que concorre com outros locais da cidade por funções antes somente ali oferecidas. O centro perde o "status" de ser urbano, não existindo mais uma hierarquização da malha urbana que o privilegie, uma funcionalidade forte. A concorrência se faz e é desleal. Num retorno ao centro, o patrimônio histórico é apenas um dos elementos para criar vitalidade, mas não suficiente, devendo existir outros.

"Neste movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela povoa com signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. Ela se lê ora como rascunho, ora como uma mensagem autoritária". (LEFÈBVRE, 1999: 26)

Sob outro ponto de vista, mais positivo, a descentralização urbana voltou a cidade para uma expansão necessária, estimulando o movimento e a diversidade de cenários urbanos, o que privilegia a riqueza de acontecimentos, situações, histórias, visões, olhares, caminhar. Também aproveita-se e descobre-se o lazer na orla, novos equipamentos urbanos (praças, quadras, calçadões) que careciam de espaço e qualidade de vida ao facilitar aos moradores da cidade o acesso a "funções urbanas básicas". Ao determinar o fim da oposição centro e periferia, abre-se caminho para o entendimento da cidade em sua totalidade, reconhecimento das partes, fragmentando também ações e recursos, tratando de questões ambientais, habitacionais, das encostas, transportes. Antes, a descentralização permitiu a ação da construção civil (e a especulação imobiliária) em novas áreas, e por isso mesmo, preservou o núcleo central ao impedir sua destruição, apesar de ter deixado ao planejamento urbano atual a tarefa de inseri-lo no contexto da cidade contemporânea, estimulando funcionalidades e centralidades. Um passado possível e um presente rentável, privilegiando o "estar" na cidade, a vida urbana, aspectos físicos e simbólicos da paisagem, uma resingularização de forma e função mediante uma nova estrutura urbana de uma cidade polinucleada. Tarefa que se sabe, ainda não foi totalmente cumprida.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. S. Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da super modernidade. São Paulo: Papirus Editora, 1994.

BOYER, M. Christine. The city of collective memory: Its historical imagery and architectural entertainments. London: The MIT Press, 1996. P. 31-72.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1998. 5ª ed.

FRÚGOLI Jr., Heitor. Centralidade em São Paulo : trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. A Revolução urbana (Tradução Sérgio Martins). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

REMY, J., VOYÊ, L. La ciudad y la urbanizacion. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1976.

VAZ, Lillian Fessler, SILVEIRA, Carmem Beatriz . Projetos urbanísticos para os vazios urbanos e as áreas centrais. In: RIGATTI, Décio (org.) (CD-ROM). VII Encontro Nacional/ ANAIS ANPUR (cd rom), 1999.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WAISMAN, Marina. The city that lost its center. In: Revista Zodiac, 1995.